



O PAPEL DOS AADDE E DOS ESTAGIÁRIOS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO EM APOIO A ALUNOS COM TEA EM DUAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE

Tarciana Silva Ramos¹

Luciene Maria da Conceição²

Michele Maria de Oliveira³

Raissa Ananda de Macena Gomes Cavalcanti⁴

Rafaella Asfora Siqueira Campos Lima⁵

RESUMO

Este artigo foi desenvolvido durante atividades do subprojeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES: Estratégias de ensino/aprendizagem para inclusão educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesta perspectiva, faz-se necessário o debate sobre formação dos Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADDEs), bem como dos estagiários do Ensino Médio que acompanham estudantes com TEA em duas escolas da Rede Municipal de Ensino do Recife. Apesar dos avanços da educação inclusiva no Brasil, alunos com autismo ainda enfrentam inúmeras barreiras que dificultam seu processo de ensino/aprendizagem, destacamos a falta de pessoas qualificadas para apoio pedagógico para seu desenvolvimento escolar. A pesquisa é de cunho qualitativo, os instrumentos de coleta de dados utilizados basearam-se em entrevistas semiestruturadas. Foram sujeitos da pesquisa 05 (cinco) estagiários de apoio a alunos com TEA e 03 (três) AADDEs de duas escolas Municipais de Recife. Assim, a fundamentação teórica que nos direcionou na referida investigação partiram de estudos de autores como Sassaki (2009); Cunha (2012); e das contribuições legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), 13.146/2015; e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9.394/1996. Os resultados apontam à precarização da educação inclusiva no Município ao manter contratação de estagiários estudantes de nível médio e/ou graduandos em pedagogia, ainda em formação e sem uma supervisão, com pouca ou nenhuma compreensão do seu papel dentro da prática pedagógica e da sua participação dentro processo inclusivo escolar. Dessa forma, espera-se que essa pesquisa contribua para melhor compreensão do papel dos AADDEs e estagiários em formação cursando o Ensino Médio no apoio a alunos com TEA, demonstrando, portanto, que o sistema educacional brasileiro necessita de legislações que detalham a atuação do profissional de apoio pedagógico, bem como investir em formação continuada e em serviço para todos os profissionais que atuam dentro das instituições escolares.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Estagiários, Transtorno do Espectro Autista, Formação.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, tarciana.amos@ufpe.br;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, luciene.conceicao@ufpe.br;

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, michele.moliveira@ufpe.br;

⁴ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, raissa.macena@ufpe.br;

⁵ Professora orientadora: Doutora em Psicologia Cognitiva, Centro de Educação – UFPE, rafaella.sclima@ufpe.br.

*Desenvolvido durante Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência com financiamento da CAPES



INTRODUÇÃO

Este artigo tem como princípio às práticas executadas através do subprojeto denominado por “Estratégias de ensino e aprendizagem para a inclusão educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O trabalho realizado propõe uma nova reflexão sobre a inclusão na sua prática cotidiana realizada e promovida dentro das instituições educacionais por intermédio de profissionais de apoio escolar e estagiários, da rede de ensino municipal da prefeitura de Recife - Pernambuco, direcionando um olhar atento aos alunos com Transtorno do Espectro Autista e demais deficiências, que necessitam de acompanhamento contínuo. Promovendo assim, discussões acerca da importância e da busca por conhecimento e formação para atuação no campo do trabalho, visto que, existem muitas barreiras e dificuldades que o educando por suas especificidades e a falta de acessibilidade presente em muitos ambientes, acaba prejudicando e necessitando de profissionais capacitados, para que haja um apoio consistente e seguro que promova autonomia, segurança e respeito para com o outro, por meio da empatia, do respeito e da profissionalização para que juntos possa-se superar e desenvolver as atividades e rotinas educacionais com êxito.

O papel desempenhado por estagiários, graduandos de pedagogia, e apoios escolares que ainda cursam ensino médio e formações diversas, evidencia a grande demanda existente de estudantes que precisam de acompanhamento em sua trajetória, visto que esses indivíduos são contratados sem exigência de conhecimento prévio. Apesar de constarem especificações como, "a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, em seu artigo 28 do capítulo IV, incumbe ao poder público a responsabilidade de ofertar, treinar e acompanhar os profissionais de apoio escolar em instituições de ensino públicas e privadas". Ao que tange a regulamentação da profissão ainda não tem uma diretriz nacional, mesmo sabendo-se que a regulamentação é fundamental para estabelecer uma formação mínima para a atuação desse profissional e favorecer o processo de aprendizagem dos estudantes.

Muitos assumem o cargo de apoio escolar sem conhecimento a respeito dos transtornos e/ou deficiência que irá lidar, evidenciando a emergência em preparar esses indivíduos.



Assim, objetivamos respaldar a escrita por meio de viés presentes no dia a dia, ressaltando a sua importância e pontuando maneiras de como promover melhorias no processo inclusivo e equitativo da educação, conforme consta na Constituição Federal de 1988 seja garantida para todos(as) e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007). Tendo em vista que, buscar por melhoria sociais também é papel de todo cidadão, a investigação, pesquisa e identificação de melhorias para a educação também é uma ação social, buscando criar novas legislações que auxiliem no bom desenvolvimento e formação coletiva, que irá auxiliar na equiparação de oportunidades nas salas de aula para aqueles que com acompanhamento de pessoas qualificadas possam ter as mesmas oportunidades de vivências e aprendizados.

METODOLOGIA

O presente trabalho está pautado em pesquisa de cunho qualitativo, segundo Denzin e Lincoln (2006) a pesquisa qualitativa trabalha com a interpretação de mundo, o que significa que os pesquisadores irão estudar seus objetos de estudos no seu cenário natural, tentando entender suas perspectivas assim como os fenômenos, esses mesmos autores ainda irão destacar que o pesquisador que trabalha com pesquisa qualitativa tem uma melhor condição de se aproximar da perspectiva do seu objeto de estudo por meio das entrevistas e observações.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados basearam-se em entrevistas semiestruturadas ao AADEEs e estagiários, respaldando-nos também em pesquisadores supra referidos que abordam as perspectivas apresentadas durante a pesquisa. Os objetivos fundamentam-se em discutir a formação dos Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEEs), bem como dos estagiários do Ensino Médio que acompanham estudantes com TEA em duas escolas da região metropolitana e que fazem parte da Rede Municipal de Ensino do Recife. A pesquisa bibliográfica, conforme Amaral (2007),

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p. 1).



É importante ressaltar que em umas das escolas onde deu-se a pesquisa foi relatado que a escola não possui estagiários, fato este que não impossibilitou a realização de uma observação mais minuciosa quanto ao tratamento e funcionamento da educação inclusiva, mas que apesar deste fato, na outra escola foram realizadas cinco observações além de entrevistas semi estruturadas de cunho qualitativo presencialmente com os estagiários. Durante a realização alguns questionamentos foram realizados, como: a formação pessoal, experiências, o que é inclusão, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), Plano de desenvolvimento Individualizado (PDI), Atendimento Educacional Especializado (AEE) e entre outros.

Buscando desenvolver uma pesquisa que compreenda a realidade presente no campo educacional e na atuação profissional dos estagiários e AADEEs nas escolas municipais do Recife e em busca de entender como esses indivíduos pensam sobre a educação inclusiva elaboramos questionamentos sobre a preexistência de experiências com alunos com TEA, participação em formação, compreensão sobre o que é inclusão, saberes no tange ao suporte aos alunos em sala, bem como o significado do que o TEA, a função do AEE, a finalidade do PDI, de como compreende a sua função de estágio e ou apoio na instituição de ensino, entre outros.

Dessa maneira, foram realizados levantamento e leituras dos materiais que dialogam com a pesquisa, com o intuito de que pudéssemos refletir e nos debruçar acerca das teorias que corroboram com o trabalho científico em questão, além disso utilizamos de entrevistas semi estruturadas, que é uma ferramenta essencial para o levantamento de dados e informações para a pesquisa qualitativa, onde por meio de leitura atenta e observação das falas dos entrevistados para direcionamento de resultados, encontrados na escassez de conhecimento do grupo participante.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo o DSM-5 - Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos. No contexto da educação inclusiva é necessário pensar em como esse estudante irá se desenvolver em sala de aula e quais serão os profissionais que atuarão como agentes de apoio escolar para esses alunos.

De acordo com a Política Pública de Educação Especial Inclusiva para os estudantes da



Rede Municipal de Ensino do Recife em seu Artigo 2º, inciso I, objetiva-se, “prover condições de acesso, permanência, qualidade, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes”.

Durante as visitas ao meio escolar identificou-se que estes os estagiários e profissionais atuantes são estudantes de pedagogia, psicologia, ensino médio e AADEEs, evidenciando que estes em sua maioria não possuem formação adequada e/ou suficiente para garantir efetivamente a acessibilidade e inclusão educacional de estudantes com deficiência visto que estes demandam saberes específicos. De acordo com Cunha, (2012, p. 54) as atividades devem ser pensadas a partir de um caráter afetivo, social e pedagógico, voltadas para o desenvolvimento dentro e fora de sala, proporcionando assim experiências com qualidade nas atividades promovidas.

O cargo de Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial - AADEE, no município de Recife, foi criado tendo em consideração as mudanças relevantes das políticas de inclusão na esfera educacional, tanto na rede municipal de ensino da cidade do Recife, quanto de todo o Brasil. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão ou o estatuto da pessoa com Deficiência no seu Art.3, inciso XII, fala o seguinte:

O profissional de apoio escolar é a pessoa que exerce a atividade de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (BRASIL, 2015)

Como mencionado acima, a legislação atual acerca do tema tem contribuído de forma significativa para a inclusão desse profissional na área escolar, com o intuito que ele seja mais uma ferramenta de apoio aos estudantes com deficiência dentro das escolas.

Um dos marcos legais é a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/15 que no seu artigo 28, onde nos fala que, “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: oferta de profissionais de apoio escolar”.

O cargo de Apoio de desenvolvimento educacional, tem como objetivo dar suporte nas atividades curriculares realizadas pelos alunos, assim como são um apoio ou até mesmo pode



ser visto como um profissional que vai garantir o bem estar daquele estudante dentro da instituição, com isso as atribuições desse profissional para os estudantes são voltadas para locomoção, higienização e alimentação, assim como devem promover a inclusão na sala de aula, devem fazer o mesmo dentro dos outros espaços da escola nas atividades extracurriculares.

O cargo de estagiário/apoio dentro da Rede Municipal do Recife, de acordo com o Decreto Municipal 36.309, aprovado em 30 de janeiro de 2023, em seu artigo 10º, descreve que “o apoio profissional aos estudantes tem a finalidade de ampliar a independência, autonomia e desenvolvimento dos estudantes.” Bem como, segue as diretrizes da lei de estágio de Nº 11.788 bem como o decreto municipal Nº 27.716 aprovado em 2014 na qual no artigo 2º considera estágio:

O ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, da modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2014)

Apesar de haverem especificações e objetivos que buscam promover as perspectivas inclusivas por meio de práticas e condições supervisionadas por sujeitos que atuem no cotidiano escolar, se faz notório os desafios para realização de atividades, propostas e intervenções por falta de experiência e conhecimento por parte destes sujeitos, refletindo assim diretamente no desenvolvimento dos alunos com TEA, como barreiras que demandam empatia e respeito para com o outro. A barreira atitudinal, muitas vezes, passa despercebida nas ações realizadas para com esses estudantes que são acompanhados. De acordo com Sasaki (2009),

No campo da educação Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios. Um ambiente escolar (e também familiar, comunitário etc.) que não seja preconceituoso melhora a autoestima dos alunos e isto contribui para que eles realmente aprendam em menos tempo e com mais alegria, mais motivação, mais cooperação, mais amizade e mais felicidade. Pessoal Capacitado em atitudes inclusivas para dar atendimento aos usuários com deficiência de qualquer tipo. (SASSAKI, 2009, p 6)



A falta de qualificação, onde o autor utiliza o termo “capacitado”, podemos referimos-nós a formação profissional, visando a melhoria no atendimento para com esses alunos dentro de suas especificidades, formações que abordam temáticas como TEA, assim como discuta sobre as demais deficiências e as possibilidades de atividades que podem ser desenvolvidas em sala juntamente com a equipe escolar, para que assim os profissionais de apoio possam atender e entender as especificidades dos estudantes que são acompanhados.

A ausência de formação reflete intrinsecamente no desenvolvimento da criança, com a falta do profissional de apoio pedagógico, aos estudantes público alvo do AEE ficam sem suporte educacional, pois a equipe escolar como um todo que deveriam receber formação que contemplem as demandas de cada comunidade escolar desdobram-se para cumprir a demanda existente, que torna-se prioridade na percepção social de que esses profissionais são agentes de higienização pessoal ou cuidador, seguindo a ideia dos três pilares criados pela prefeitura para a função de AADEE: higienização, alimentação e locomoção, onde as práticas não são voltadas para o desenvolvimento infantil.

Promover melhorias educacionais e bem estar ao direcionar o aprendizado deve ser primordial quando falamos em educação inclusiva. Estes alunos necessitam de pessoas capacitadas que possam contribuir no cotidiano com estratégias funcionais para que realmente os estudantes com TEA participem ativamente do processo educacional. Ter uma pessoa apenas sentada ao lado, não é suficiente quando existe a necessidade que se planeje o ensino com estratégias pedagógicas inclusivas e uso de Tecnologia Assistiva que supra a demanda que cada indivíduo necessita e favoreçam a sua aprendizagem e desenvolvimento.

Podemos ressaltar que é imprescindível que a educação inclusiva seja auxiliada por meio da Comunicação Alternativa Assistiva e Tecnologia Assistiva, facilitando e desenvolvendo meios de comunicação onde todos possam ser incluídos e acolhidos em suas diversidades. Mas a realidade é a desinformação, como menciona, (NUNES, D.R.P.; BARBOSA, J.P.S.; NUNES, L.R.P., 2021, p. 668);

[...] a CAA é um recurso desconhecido por um número considerável de professores e demais profissionais da Educação. Isso posto, evidencia-se a urgência em investir na formação de professores e demais educadores, capacitando-os a compreender a complexidade que constitui o autismo e a como utilizar a CAA. (NUNES, D.R.P.; BARBOSA, J.P.S.; NUNES, L.R.P., 2021, p. 668)



Apesar da educação ser direito de todos(as) e como descreve a LDB, em seu Art.4º, inciso III que, “é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”, sabe-se que este Atendimento Educacional Especializado (AEE), muitas vezes é inexistente na prática curricular, tornando o déficit de desenvolvimento destes alunos ainda mais evidente.

No que diz respeito à importância da formação para todos que fazem parte do ambiente escolar, é imprescindível que haja direcionamento e conhecimento sobre o trabalho a ser realizado que desta forma seja efetivado com qualidade e assim promova a equidade e igualdade educacional para todos.

Assim, é possível perceber que faz-se necessário pessoas com qualificação para atuarem na educação, para que assim possa-se realizar mudanças dentro da perspectiva da educação inclusiva, realizando um trabalho coletivo com educadores comprometidos, estagiários e funcionários conscientes e capacitados além da família e da comunidade escolar para que enfim possa-se ter uma sustentação da educação e aprendizagem para todos os estudante, com e sem deficiência e ou transtorno intelectual diverso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca por resultados que venham identificar o objetivo proposto neste trabalho, foi realizada de forma responsável e comprometida, visando agregar e identificar meios e formas de como se dá a educação inclusiva, em suas práticas diárias bem como os saberes e ações dos profissionais de AADEE e estagiários envolvidos nesta caminhada de acompanhamento e apoio a crianças com Transtorno do Espectro Autista na rede de ensino municipal da cidade do Recife - PE.

Durante a realização das visitas ao campo escolar, podemos analisar de forma muito pertinente que a falta de informações no que tange a educação inclusiva, faz com que esses estagiários não percebam quais são as especificidades dos estudantes ao qual lhe são direcionados o apoio, assim dificultando a inclusão na prática com ações que venham favorecer o desenvolvimento infantil, educacional e social de cada indivíduo.



Na lei brasileira de inclusão - LBI, no artigo 28, do capítulo IV, afirma que o treinamento e formação desses profissionais deve ser responsabilidade do poder público como foi mostrado anteriormente, porém na própria Política Nacional de Direito das Pessoas do Transtorno do Espectro Autista de Lei nº 12.764/2012, no seu artigo 2º, capítulo VII, apresenta a necessidade de formação para os profissionais de forma geral que venha lidar com estudantes que fazem parte do espectro quando mostra que, “o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista” deve ser assim realizado por todas as pessoas que estão no dia a dia escolar.

Essas formações são estratégias de melhorias para a realidade, assim como na promoção de ações e projetos internos e externos. Dessa forma estariam buscando a conscientização, formações e orientações na escola e fora dela, envolvendo a comunidade escolar de maneira ampla para que estes saberes e conhecimentos venham a se expandir e gerar desta forma uma melhoria real para as pessoas com deficiência.

A seguir no quadro 1, segue as respostas validadas pelos entrevistados que em possuem média de idade entre 18 a 24 anos, sendo esta atuação a primeira experiência com PCD, onde de antemão obteve-se respostas vagas, com pouco ou nenhum fundamento no que tange ao conhecimento a respeito da educação inclusiva, ao qual baseamos o estudo e escrita, como:

Quadro 1

Participantes	Escolaridade	Respostas
P1	Estudante do Ensino Médio Regular	Incluir a criança é estar com a criança a todo momento, acompanhar a criança, isso tudo é fazer parte da inclusão da criança estar com a criança, pra mim isso é inclusão
P2	Estudante do Ensino Médio Regular	Inclusão é trazer pessoas para todos os lugares, com rampas e acessibilidade; - levar a eles a aprender a conviver com a gente
P3	Estudante do EJA	Ter toda a atenção do estagiário, tratar como qualquer aluno, cuidar das condições especiais e ajudar na tarefa
P4	Estudante do Ensino Médio	A função do estagiário é garantir que esse alunos possam



	Regular	evoluir, tenha um aprendizado
P5	Estudante do Ensino Médio Regular	A gente tem um pouco de solidariedade com os especiais e tira o peso do professor

Mediante os dados levantados, foi possível perceber a necessidade urgente de ações e conscientização dos profissionais de apoio a crianças com deficiência, visto que estes não sabem o que é ou o que significam os termos inclusão, o papel deles como estagiários, qual o suporte necessário para as crianças, que tipo de especificidades os estudantes que acompanham possuem, se mostram inseguros e imaturos para a realização de um trabalho de importantíssima relevância ao qual está pautada a educação inclusiva. Todos os participantes cursam o ensino médio regular e desconhecem os conceitos imprescindíveis para uma boa prática, bem como o que devem realizar durante o acompanhamento em atividades de sala destes alunos, que vão além de atos de higienização, alimentação e locomoção destes.

A ausência de uma preparação especializada na atuação pedagógica reflete fortemente nos resultados almejados no cotidiano, visto que cada indivíduo aprende e desenvolve-se de formas diferentes como por exemplo: Sons, imagens, vídeos, diálogo, leitura e entre outras formas de aprendizagem.

Muitos desses estagiários inocentemente por falta de conhecimento podem influencia no desempenho escolar do estudante que necessita de um apoio especializado, que venha a contribuir para além do cuidado corporal, percebe-se a necessidade de ações imediatas para formação e conscientização desse público que deseja trabalhar mas que não possuem o saberes necessários para que haja a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel dos AADEEs e estagiários é fundamental para um bom desenvolvimento educacional de estudantes com deficiência, visto que este público carece de uma atenção e de um estímulo apropriado e específico de acordo com o objetivo desejado. A formação e qualificação destes profissionais influencia diretamente em sua prática cotidiana, onde o



público requer um atendimento equitativo, inclusivo e de qualidade.

Alguns tipos de mediações como as formações específicas, orientações para os funcionários, preparação destes profissionais, exigências de contratação em conhecimentos específicos da área educacional, inclusiva e das especificidades presentes neste campo de atuação seriam uma boa iniciativa na tentativa de promover qualidade de trabalho e ensino.

Apesar de existirem diversificadas lacunas no lado profissionalizante destes integrantes e das dificuldades vivenciadas na prática, é notável um esforço em permanecer atuando na área educacional, seja por questões relacionadas ao financeiro ou por identificação com os discentes, é possível perceber que existe afetividade e respeito pelo outro quando o se doar perpassa as barreiras existentes e isto é o início da inclusão, acreditar e persistir em ajudar e acreditar que somos capazes.

A partir de uma perspectiva geral, podemos considerar que os/as estagiários/as estão atuando de maneira persistentemente mesmo sem haver uma preparação suficiente para o domínio de sua função, mas que se faz necessário ao poder público responsável assegurar e promover melhorias educacionais e preparar a equipe educacional para a efetivação dos direitos de e para todos de forma segura, igualitária, equitativa, comprometida em ofertar uma educação e condições educacionais de qualidade para todos que compõem a comunidade educacional incluindo de forma ampla os discentes, docentes, profissionais e familiares, para que assim promova uma educação com responsabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: Acesso em: 01 set. 2023

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, Acesso em 25 de novembro de 2023. Disponível:



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. Acesso em 25 de novembro de 2023, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**: Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.

BRASIL. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: Lei 12.764 de 27 de Dezembro de 2012.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

DECRETO Nº 27.716 DE 31 de JANEIRO DE 2014. dispõe sobre a política geral de estágio de estudantes no âmbito do município do Recife - PE. **Leis municipais de Recife - Pernambuco**. Acesso em 25 de novembro de 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2014/2772/27716/decreto-n-27716-2014-dispoe-sobre-a-politica-geral-de-estagio-de-estudantes-no-ambito-do-municipio-do-recife>

DECRETO Nº 36.309 DE 30 DE JANEIRO DE 2023. Institui a Política Pública de Educação Especial Inclusiva para os estudantes da Rede Municipal de Ensino do Recife. **Leis municipais de Recife - Pernambuco**. Acesso em 09 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2023/3631/36309/decreto-n-36309-2023-institui-a-politica-publica-de-educacao-especial-inclusiva-para-os-estudantes-da-rede-municipal-de-ensino-do-recife>

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

NUNES, D.R.P.; BARBOSA, J.P.S.; NUNES, L.R.P. **Comunicação Alternativa para Alunos com Autismo: Uma Revisão da Literatura**. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.27, e0212, p.655-672, 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p.6. Acesso em 20 de Setembro de 2023.

Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf